



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP CAV JOÃO GUILHERME COLETTO

**A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO EXÉRCITO BRASILEIRO E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA A EVOLUÇÃO DA DOCTRINA DE EMPREGO DA
CAVALARIA**

**Rio de Janeiro
2020**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP CAV JOÃO GUILHERME COLETTO

**A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO EXÉRCITO BRASILEIRO E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA A EVOLUÇÃO DA DOCTRINA DE EMPREGO DA
CAVALARIA**

Trabalho Acadêmico apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito para a especialização
em Ciências Militares com ênfase em
História Militar.

**Rio de Janeiro
2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Cap Cav JOÃO GUILHERME COLETTO

**Título: A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO EXÉRCITO BRASILEIRO E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA A EVOLUÇÃO DA DOCTRINA DE EMPREGO
DA CAVALARIA**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em História Militar, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
DIEGO MORAES DUARTE - TC Cmt Curso e Presidente da Comissão	
RAFAEL SILVA ROMANI - Cap 1º Membro	
GUILHERME BERNARDES SIMÕES - Cap 2º Membro e Orientador	

JOÃO GUILHERME COLETTO – Cap
Aluno

A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO EXÉRCITO BRASILEIRO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EVOLUÇÃO DA DOCTRINA DE EMPREGO DA CAVALARIA

João Guilherme Coletto
Guilherme Bernardes Simões

RESUMO

Objetiva elucidar a contribuição da Missão Militar Francesa (MMF) na evolução do Exército Brasileiro partindo de uma breve análise histórica do contexto pós guerra do Paraguai, passando pelos conflitos internos e por fim os impactos da contratação da MMF que durou de 1920 a 1940 com enfoque na arma de Cavalaria. Por meio de pesquisa bibliográfica procurou-se entender as dificuldades que o Exército se encontrava à época, sem doutrina documentada e meios militares obsoletos até mesmo para conter insurgências dentro do próprio território nacional. Ao término da pesquisa verificou-se portanto a relevância que a MMF imprimiu para a evolução doutrinária da arma de Cavalaria, com aplicações até os dias de hoje, como também a aquisição de modernos blindados à época responsáveis pela consolidação do emprego da arma.

Palavras-chave: Missão Militar Francesa. Exército. Cavalaria.

ABSTRACT

It aims to elucidate the contribution of the French Military Mission in the evolution of Brazilian Army, starting from a brief historical analysis of context after Paraguay war, going through internal conflicts and finally the impacts of the contracting of the MMF that lasted from 1920 to 1940 focusing on Cavalry. Through bibliographic research, we tried to understand the difficulties that the Army faced at that time, without documented doctrine and obsolete military material even to contain insurgencies within the national territory. At the end, it was verified the relevance that the MMF gave to the doctrinal evolution of Cavalry, with applications until today, as well the acquisition of modern armored vehicles at that time responsible for the Cavalry's consolidation.

Keywords: French Military Mission. Army. Cavalry

1 INTRODUÇÃO

A cultura militar importada do colonizador português pautava-se em fortificar o litoral com um corpo de engenheiro eficiente por meio dos fortes e o uso dos canhões da artilharia a fim de conter o avanço inimigo. Esse modelo fomentou a construção de uma academia militar na colônia portuguesa em 1810. Até aquele momento, acreditava-se que era necessário buscar a graduação em Portugal.

O ensino militar técnico instruído na Academia Real Militar, todavia estava desligado do que estava ocorrendo nas campanhas do sul do país durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

Com o término da Guerra da Tríplice aliança em março de 1870, o Exército Brasileiro mergulhou em um período marcado por marasmo. Os militares acabaram relegados a permanecerem aprisionados nas rotinas maçantes dentro de quartéis com instalações precárias e poucos subsídios para exercer suas funções com plenitude.

Desde 1870, o Exército, que voltara do Paraguai depois de cinco anos de guerra, com sua oficialidade colocada frente a frente tanto em relação aos limites de sua formação como às mudanças, particularmente as técnicas que se operavam no mundo, foi recebido por uma estrutura política cuja palavra de ordem primordial era desmontar a máquina de guerra o mais depressa possível. O sempre alardeado inconformismo de Exército com a ordem imperial pós-Paraguai deve ser compreendido, portanto em dois universos. O primeiro, no profissional, no da capacitação técnica, para desempenhar sua função, sua razão de existir; o segundo, na política, no campo estrito das razões que impulsionavam no Estado o desprezo – que apenas cercava no item orçamento – com as “coisas da guerra”. (TREVISAN, LEONARDO N.,2011, p.30)

A autoestima e prestígio da classe militar, reflexo da obsolescência dos seus meios, também se agravava pela falta de atualização necessária.

Fruto desse panorama em que estavam inseridos, os militares ainda tiveram de atuar contendo dissidências como a Revolução Federalista (1893-1895), Revolta de Canudos (1896-1897) e do Contestado (1912-1916). Durante a participação nesses episódios, ficou explícito alguns registros de incapacidade como ocorreu na Revolta de Canudos, onde “o despreparo do Exército, não só foi demonstrado pelo péssimo emprego da tropa (...) como também e notadamente, pela completa ausência de apoio logístico” (MALAN, 1988)

Nesse contexto se debateu sobre a contratação de uma missão militar, até então sem um tempo pré-determinado, que atendesse as demandas que o exército necessitava à época, sendo vitoriosa a opção da Missão Militar Francesa (MMF) em detrimento de uma germânica.

1.1 PROBLEMA

O emprego da cavalaria à época dava-se pelo uso de clavinas e lanças, com regimentos mistos formados por esquadrões de lanceiros e de dragões, utilizando clavinas.

Havia a prática de se usar regimentos mistos de lanceiros e carabineiros, com a ênfase sendo colocada nos lanceiros, para o combate de choque, corpo-a-corpo. Isso apesar da proporção dos lanceiros em relação aos dragões ter caído de três em quatro (75%) para dois em três (67%) durante o comando de Caxias, nem reconhecimento da crescente eficácia dos soldados de cavalaria equipados com armas de fogo (CASTRO, ADLER HOMERO, acesso em 24 de abril de 2020)

Apesar dos ensinamentos colhidos na Guerra da Tríplice Aliança, o Exército retornou do pós-guerra com a mesma estrutura que possuía antes da eclosão da mesma, “explica-se isso em virtude de não ter sido ainda bem conhecida no Brasil a organização do serviço de Estado-Maior, (...) não havia aqui nenhum órgão adequado e preparado para estudar a organização militar em vista da mobilização e cuidar de aproveitar, sob diversos pontos de vista, as experiências da guerra” (MAGALHÃES, J. B. 2001).

Após um estudo da renovação do armamento, por sugestão de Osorio, ministro da guerra em 1878, é inserida uma “uma arma de fogo portátil de retrocarga para ser adotada na cavalaria como pistola, fabricada no Arsenal da Corte” (MAGALHÃES, J. B. 2001).

A Cavalaria, que atuou na Guerra da Tríplice Aliança, utilizando como armamento o sabre, lança e carabina e a mobilidade advinda do cavalo, faria jus aos futuros conflitos, continentais ou extracontinentais, que surgiriam? Com esse desiderato procura-se responder a seguinte pergunta:

- Em que medida a Missão Militar Francesa contribuiu para a modernização da Cavalaria do Exército Brasileiro?

1.2 OBJETIVOS

Com o intuito de realizar um estudo sobre a evolução ocorrida no Exército Brasileiro fruto da Missão Militar Francesa, tendo como foco a Arma de Cavalaria, o presente trabalho busca apresentar de modo sucinto a situação do Exército Brasileiro à época antes da contratação da MMF e sua motivação; e identificar as mudanças ocorridas na Arma de Cavalaria com enfoque na doutrina e material e sua relevância.

1.3 JUSTIFICATIVAS

O presente estudo se faz relevante pois através das contribuições da Missão Militar Francesa no Exército Brasileiro se pode perceber o reflexo que o aperfeiçoamento dentro de uma instituição, especialmente quando se trata de uma instituição perene como o Exército, é fundamental para que a mesma persista através do tempo com eficiência.

Essa importância cresce de relevância quando se trata da evolução da Arma de Cavalaria, pois esta, juntamente com a Infantaria, formaram a base do Exército, dependendo substancialmente da evolução doutrinária assim como da evolução tecnológica.

2 METODOLOGIA

Para solucionar o problema apresentado definimos nossa pesquisa quanto a abordagem como qualitativa e quanto ao objetivo geral como exploratória.

Quanto a forma de abordagem foi qualitativa pois buscou-se na literatura informações existentes sobre o tema para solucionar os questionamentos apresentados.

Quanto ao objetivo geral foi classificada como exploratória pois objetivou conhecer com mais detalhes o referido assunto.

2.2 REVISÃO DA LITERATURA

Inicialmente houve uma série de debates em torno da contratação de uma missão militar estrangeira para reformular nossos quadros, doutrina e aquisição de modernos meios militares. Ainda não havia consenso sobre o tamanho da missão:

(...) Distinção entre grande e pequena missão. A primeira incluindo oficiais nos últimos postos, teria estrutura e dimensão para interferir na alta administração do Exército (...) Já a pequena missão não interferiria em tal amplitude, limitando-se portanto, a constituir um corpo de instrutores a serem distribuídos como melhor nos conviesse. (BASTOS FILHO, 1994, pg 24).

Além disso, segundo Bastos Filho, foi questionada pelo então Ministro da Guerra em 1917, o Marechal Caetano de Faria, a constitucionalidade da missão: “É preciso verificar (...) se estrangeiros que não podem ser soldados em nosso Exército, poderão exercer funções de oficiais, e se nossos oficiais e praças podem ser obrigados a obedecer”.

Outro imbróglio que foi debatido foi a má gestão de recursos pelos altos comandos da instituição e a incapacidade da “administração superior do Exército, e

portanto do governo” de direcionar estes recursos. Esta situação exposta na revista Defesa Nacional pelo deputado Maurício de Lacerda.

Além da dificuldade de distribuir o capital destinado ao Exército de maneira correta, outras deficiências apontadas foram: a aviação brasileira, a inexpressividade de fábricas voltadas para a produção de itens militares, munição e arsenais. Sem contar com um serviço de saúde e veterinária próprios. O último, ainda fundamental à época da 1ª Guerra Mundial.

Fora tudo isso, dentre aqueles que viam a necessidade de uma missão militar estrangeira, não era consensual em qual país a missão seria contratada, se França ou o Império alemão. Entretanto, alguns motivos foram determinantes para a escolha da França como parceira.

Pode-se citar o agravamento das relações diplomáticas entre Brasil e o Império Alemão, primeiro com a nomeação do major Alfredo Malan d'Angrogne como adido militar na França em abril de 1916. Posteriormente, a boa impressão causada pela visita do marechal Hermes da Fonseca ao *front* francês e finalmente o ataque do Império Alemão à navios mercantis brasileiro em 1917.

(...) Incentivou (o torpedeamento de navios mercantis brasileiros) o adido militar brasileiro em Paris a telegrafar ao ministro Caetano de Faria, em 10 de novembro de 1917 transmitindo a 'minha impressão pessoal de que o Estado-Maior francês receberia com agrado o pedido de uma missão destinada à instrução das forças a mobilizar' (TREVISAN, 2011, pg 147).

Outro endosso encontrado pelos brasileiros por optar pela França ao Império alemão, foi que culturalmente o Brasil estava mais relacionado ao primeiro que ao segundo. Segundo Trevisan, os oficiais de formação alemã demonstravam cabalmente que o Exército precisava de reformas (...) Aceitar a “reforma” nos termos pretendidos por essa jovem oficialidade, a qual traduzia, sem parar, manuais, regras e regulamentos, marcados por rigor extremo, de uma ordem que absolutamente não era semelhante à nossa”.

Assinado em 08 de setembro de 1919 o contrato da Missão Militar Francesa, foi compromisso do Governo brasileiro com a França não sobrepor a contratação de outra missão militar estrangeira que servisse à indústria militar brasileira que não fosse a MMF. A contrapartida brasileira em relação à França veio na exigência de preços e prazos equivalentes aos dos demais países, conforme seu Artigo II:

O Governo Brasileiro dará preferência à indústria francesa, em suas encomendas de material de guerra, desde que, em igualdade de valor técnico, esse material possa ser cedido a preços idênticos aos propostos por outra potência nos mesmos prazos. (BASTOS FILHO, 1994, pg 74).

Naquela época a Missão Militar Francesa encontraria um exército que caracterizava-se por ter cerca de 40.000 homens, um efetivo menor do que na Guerra da Tríplice Aliança, que contou com mais de 90.000 homens. Esse efetivo estava enquadrado dentro de 5 (cinco) Divisões de Exército (DE) e 3 (três) Brigadas de Cavalaria (Bda), estas sediadas em São Borja/RS (1ª Bda), Alegrete/RS (2ª Bda) e Bagé/RS (3ª Bda), sendo que futuramente a 1ª e 2ª Bda mudariam para as cidades de Santiago/RS e Uruguaiana/RS respectivamente.

Esse efetivo era distribuído de maneira ineficiente conforme o Decreto nº 11.497 de 23 de fevereiro de 1915. O documento preconizava um efetivo de 21.296 homens para cada uma das 5 (cinco) DE, em comparação, nos exércitos europeus a ordem era de 10 a 12 mil homens durante a 1ª Guerra Mundial, mesmo assim, ainda haviam 23 Batalhões previstos para serem mobiliados que não estavam organizados.

'à margem do Ministro Calógeras', diz textualmente Castro e Silva (...) 'Certos Corpos existiam sem que para eles houvessem quartel'; 'A maioria dos quartéis era tão insuficiente que seus Corpos não podiam sequer abrigar os efetivos e materiais de instrução'; 'Unidades do Exército viam-se somente com a oficialidade, sem poder receber suas praças por falta de alojamento'; 'Outros estavam contemplados na organização como indispensáveis (...) mas não podiam ser criados também por inexistência de caserna'; 'Nenhum depósito de mobilização existia'. Se não existiam os necessários quartéis, que dizer dos campos de instrução? Era exceção Saicã. (MALAN, 2018, pg 36)

O armamento utilizado na época era o fuzil alemão Mauser desembarcados em 1911 e 1913. Apesar do armamento, a disciplina não era marcada pelo 'rigor prussiano', mas pelo paternalismo, o que causava proximidade com os franceses em uma escolha entre ambos países.

As unidades de cavalaria eram compostas segundo Magalhães de: "9 regimentos das brigadas de cavalaria, 5 das brigadas estratégicas; todos a 4 esquadrões; 12 pelotões de estafetas e 5 esquadrões de trem".

O primeiro contrato celebrado trazia ao Brasil 32 militares franceses que tinham como o objetivo inicial de "ocupar-se da direção da Escola de Estado-Maior, da Escola de Aperfeiçoamento, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária". A duração deste contrato era inicialmente de 4 (quatro) anos, e num primeiro momento visava a criação a escola de Aviação, organizando os serviços aeronáuticos do Exército conforme feito na França e portanto estes seriam o embrião da aviação brasileira.

A segunda assinatura ampliava a influência francesa à Escola de Saúde e à área de educação física, tendo vistas a importância da atividade para a formação do militar

Paulatinamente se consolidou entre os oficiais de Estado-Maior a percepção da ordem cartesiana (...): 'é com Gamelin que surgiram, para ficar por décadas no Exército Brasileiro, os quatro fatores de decisão: missão, inimigo, terreno e meios' (TREVISAN, 2011, pg 163)

Conforme Decreto nº 5.632, de 31 de dezembro de 1928, foi a mudança inicial, batizada como 'lei do ensino' (...) referia-se à institucionalização do conjunto de doze escolas ou centros de instrução para oficiais, os quais passariam a absorver todas as unidades de Ensino criadas pela MMF. Objetivamente, a reforma pretendeu normatizar o princípio de que a formação do oficial continha três modalidades distintas: 'formação', 'aperfeiçoamento' e 'especialização'. (TREVISAN, 2011, pg 169)

À medida que os contratos iam sendo renovados a presença dos militares franceses era reduzida mas a concentração no Estado-Maior se ampliava:

Apesar do número de oficiais franceses ter sido reduzido a pouco mais de um terço, o Estado-Maior da Missão aumentou de dois para quatro oficiais (...) Estava prevista a possibilidade dos oficiais de Estado-Maior franceses, não por descuido cada um especialmente habilitado em uma das quatro seções de EM, participarem, efetivamente, na reorganização do Exército Brasileiro... (BASTOS FILHO, 1994, pg 97)

Destes oficiais com curso de Estado-maior foi exigido que um deles fosse aviador.

Somente no contrato celebrado de 1936 foi solicitado explicitamente "um oficial superior de Cavalaria, com Curso de Estado-Maior", destinado a ser "conselheiro técnico para a organização e instrução dessa Arma" a motivação era que:

A Arma de Cavalaria, abandonando o cavalo, iria, mais que qualquer outra, utilizar-se do carro blindado. Não podíamos deixar de tomar conhecimento dessa nova realidade, o que justificava a presença, especificamente exigida, do oficial superior da Arma de Cavalaria, que deveria ter o Curso de Estado-Maior. Cobia-lhe trazer-nos os novos ensinamentos de como empregar a Cavalaria motorizada (BASTOS FILHO, 1994, pg 101)

Coube ainda à MMF, a revitalização dos manuais de doutrina do Exército Brasileiro, assim como a sistematização do Ensino nas escolas de Estado Maior, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Aviação, Escola de Veterinária e Escola de Intendência.

A vinda dos franceses para o país, reverteu o cenário de uma má administração de recursos e "multiplicaram-se recursos de toda a ordem, de forma que o Exército passasse a dispor de uma infra-estrutura e meios modernos que se

compatibilizassem com suas novas características operacionais sugeridas pelos franceses”, segundo BASTOS.

Além disso, outra herança da MMF foi a implementação de mais exercícios práticos em detrimento de discussões teóricas etéreas, que não resultavam em nada relevante para o Exército. Quando Gamelin, chefe da primeira missão aqui no Brasil chegou, não deu atenção ao debate doutrinário:

Segundo ele (Gen Gamelin), não se tratava, àquela altura, de discutir, criar princípios teóricos doutrinários, mas definitivamente aprendê-los; compreender as lições de Napoleão, Joffre, Foch, Moltke ou Ludendorf. Era o momento, afirmara Gamelin, de “realizar”, lembrava também, que os franceses, agora nossos mestres, subordinavam-se “à lei dos fatos” (BASTOS FILHO, 1994, pg 130)

Essa afirmação de Gamelin se materializava na reestruturação da base doutrinária do Exército Brasileiro, frutos de diversos fatores como por exemplo o câmbio do armamento utilizado e dos ensinamentos colhidos pela França durante a 1ª Guerra Mundial. Dentre estes manuais podemos citar alguns deles como o regulamento para a direção das grandes unidades, o regulamento para os exercícios e o combate da Infantaria, o regulamento para a instrução de educação física (1ª e 2ª parte), o regulamento para os exercícios e o combate da Cavalaria, o regulamento para os exercícios, o emprego e o tiro de Artilharia (1ª, 2ª e 3ª parte), o regulamento para o serviço do exército em campanha, o regulamento para a instrução de quadros da tropa, o regulamento para a organização do terreno (1ª e 2ª parte), o regulamento para as inspeções, revistas e desfiles, o regulamento para o emprego dos meios de transmissão, o regulamento reservado para o serviço do estado-maior de campanha, o regulamento de minas e o regulamento de pontes.

Todo esse cabedal de regulamentos foi proposto e aprovado por militares de ambos os países e distribuídos em caráter reservado nos corpos de tropa logo em 1922, ou seja, dois anos após a chegada da comitiva francesa em 1920. Ressalto ainda que na biografia fala-se em “criação de manuais”, levando-se a fria conclusão que após o término da Guerra da Tríplice Aliança, em 1870, decorreram-se 50 anos até o início da MMF e possivelmente nenhum documento acerca das experiências colhidas na guerra travada por brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios foi escriturada e revertida em doutrina. Todavia seria injusto concluir isto sem levar em consideração que não havia a mentalidade de formar um Estado-Maior. Mentalidade esta importada dos franceses.

O coroamento do novo estilo do ensino no Exército eram as manobras-de-quadros e com tropas. Elas, a par do treinamento de que muitos se beneficiavam nas condições mais próximas possíveis do real, permitiam aos alunos das diversas escolas envolvidas, sobretudo, aplicar os

conhecimentos adquiridos nos cursos que realizavam, resolvendo ‘casos concretos, na carta e no terreno’ (BASTOS FILHO, 1994, pg 148)

Além da Escola de Aperfeiçoamento, foi criado o Curso de Revisão que visava “difundir nos quadros superiores do Exército, os progressos e o desenvolvimento da guerra moderna(...) e a preparar para as mais delicadas funções do alto comando, bem como comandantes de divisão, de exército e grupo de exércitos” (BASTOS, 1994, pg 143)

Outras heranças da MMF foi a sistematização de uma “nacionalização do Exército através do alistamento universal e do crescimento do contingente”, este passou de aproximadamente 40 mil para 100 mil militares após a missão. Moderou-se ainda a gana da necessidade de intervenção na vida política por militares (especialmente tenentes) ao expandir-se a relevância do Estado-Maior do Exército.

Houve também o deslocamento do “centro de gravidade” da Região Sul, fruto do maior combate da América do Sul até então para a região Norte e Nordeste com destaque para a última, reflexo da 2ª Grande Guerra que se aproximava e da importância de defender o litoral mais próximo ao europeu.

Diferente do quadro exagerado que havia antes de 1920, o chefe da MMF sugeria a seguinte organização: 5 divisões de Infantaria, 3 divisões de Cavalaria, 1 destacamento misto e baterias pesadas.

“Nesse ano (1922), dá-se nova organização ao Exército ativo em paz. A cavalaria independente se organiza em divisões, em vez de brigadas, mas a reforma substancial consiste no surto dos grupos de combate, como elemento básico de organização da Infantaria, e, em parte, da Cavalaria (...) Na Cavalaria os pelotões dispõem de um só grupo de combate, formado com duas esquadras, havendo em cada um mais duas esquadras para missões complementares típicas da arma, de vigilância, ligações e busca de informações.” (MAGALHÃES, 2001, pg 336).

O alinhamento, portanto, das perspectivas francesas e os ensinamentos colhidos na 1ª Guerra Mundial agregaram diversos conhecimentos que até então eram incipientes no Exército Brasileiro ou pouco explorados em seus conflitos internos, fruto da falta de um estudo sistematizado e pouca documentação doutrinária.

3 RESULTADOS

Os efeitos obtidos pela Cavalaria nesse período foram materializados pela aquisição do blindado Renault FT-17 pelo então capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque quando o mesmo viajou para a França em 1919, antes mesmo da chegada dos militares franceses ao Brasil, e passou a acompanhar o

desenvolvimento do primeiro conflito mundial assim como o emprego da nova máquina de guerra.

Por ocasião de sua visita à França, o Cap José Pessoa foi apresentado na ocasião ao Renault FT-17 de fabricação francesa, o blindado foi concebido inicialmente para proporcionar movimento e transpor as trincheiras inimigas retomando a iniciativa e o movimento. Isto seria alcançado à época através de um carro com blindagem suficiente para resistir à metralhadoras e pilotado por dois militares, sendo um deles o motorista e o outro atirador e comandante do carro. Este último ficava localizado dentro de uma pequena torre que possuía a capacidade de rotação em 360° que era o padrão básico na época. A torre, todavia, variava acerca de seu armamento. Um dos modelos adquiridos pelo Brasil possuía o canhão *Puteaux* de 37mm com função precípua de romper posições de metralhadoras e casamatas e o modelo *mitrailleuse* que possuía duas metralhadoras *Hotchkiss* de 8 mm. Neste caso o blindado servia para apoiar o avanço da infantaria a pé. Lembrando que a velocidade atingida por seu motor de 18 HP sob suas seis toneladas e meia era de 4Km/h através campo e chegava a 8Km/h através estrada, velocidade essa que era adequada para formar uma FT com o infante a pé.



Figura 1 - Renault FT-17 com canhão *Puteaux* de 37mm
Fonte: <https://zheit.com.br/post/renault-ft17>, acesso em 23/05/2020

A capacidade de produção em série que a França possuía na época e a criação de uma plataforma básica para a inserção de armamentos variados e implementos tornou o Renault FT-17 um carro revolucionário para a época.

Após a decisão da aquisição do FT-17, foram adquiridos ao todo 12 unidades, chegando ao Brasil em 1920. Destes 12 carros, seis deles possuíam a

torre fundida (Berliet) e os outros cinco a torre octogonal rebitada. O último era o modelo telegrafia sem fio (TSF) adaptado para comunicar-se com o escalão superior, e por isso era desprovido de armamento.

Com a chegada desses meios eles passaram a compor a dotação da 1ª Companhia de Carros de Assalto, criada por meio do Decreto 15.235, de 31 de dezembro de 1921, sediada na Vila Militar, Rio de Janeiro. A Cia de Carros de Assalto foi comandada pelo próprio Cap José Pessoa até 1923, que em decorrência de sua promoção a major, deixou o comando da mesma. Cabe ressaltar as dificuldades em operacionalizar a criação da referida cia, evidenciando a falta de prática no processo de aquisição de materiais oriundos do exterior e a falta de militares capacitados a operar o carro:

A Companhia de Carros de Assalto (...) muito embora ela já se encontrasse operacional mesmo antes da sua formalização, no entanto, (...) apresentava algumas deficiências, conforme descrito no Boletim nº 55 de 7 de dezembro de 1921, mencionando ofício enviado pelo Comandante da mesma, Capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, ao Ministro da Guerra, informando as condições da Companhia que possuía 7 oficiais, 123 praças (52 em véspera de licenciamento). É curioso ressaltar que estes carros de combate foram entregues ao Chefe da Missão Militar Brasileira em Paris em maio de 1919 e chegaram ao Brasil no início de 1920, sendo depositados no 1ª Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro, e lá ficaram até 28 de setembro de 1921, quando foram entregues ao então Capitão José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, encarregado de organizar a Companhia de Carros de Assalto, conforme Boletim nº 223 de 1ª-10- 1921, (...) valendo ainda comentar o que o próprio José Pessoa em "Atestado de Nascimento da arma blindada brasileira", (...), identificou diversos problemas neste processo e muitas deficiências que a falta de cultura para este nova realidade trouxe entre as fileiras do Exército Brasileiro. Ao que tudo indica, estas deficiências nunca foram sanadas, dificultando desta forma o emprego da Companhia de Carros-de-Assalto nas crises que viriam ocorrer no Brasil durante as conturbadas décadas de 1920 e 1930.

SITE ARMAS NACIONAIS, Acesso em 23/05

Acerca dos problemas relacionados ao efetivo, o então Cap José Pessoa afirma:

"Ao meu ver, os nossos carros só darão rendimento igual aos que tem dado nos países do velho mundo, onde lhes é dispensado o apreço que lhes é devido, em face da experiência da última guerra, quando pudermos contar com homens em seu serviço por 2 ou mais anos, quando não lhes forem destinados, no momento da incorporação, homens manifestadamente fracos, mas tão somente indivíduos fortes e, finalmente, quando a escolha destes recair, de regra, em electricistas, chauffeurs, mecanicos, etc., e não em commerciantes, lavradores, estudantes, etc., como aconteceu desta feita" (STEPHANI BASTOS, 2001)

Já sobre os empecilhos verificados relativos à conservação dos carros oriundos da França, o Cap José Pessoa também se manifesta da seguinte maneira:

“... Parece inacreditável – e eu mesmo não o creia si o não tivesse verificado pessoalmente, – que o material cuja aquisição nos custou uma soma vultosa – e isso precisamente num momento de aperturas financeiras – como o que atravessamos, estivesse nas condições em que com bastante pesar meu e de todos que me acompanharam, o fui encontrar. De facto nem um só dos carros apresentava indícios de ter sido convenientemente lubrificado depois da sua chegada ao Brasil. De facto nem um só dos carros apresentava indícios de ter sido convenientemente lubrificado depois da sua chegada ao Brasil. Encontrei mesmo, em muitos delles, órgãos essenciaes, peças de importancia vital para o seu funcionamento, completamente seccas, ameaçadas de inutilização pela ferrugem, resultado do tempo e da incompetencia ou descuido das mãos a que foram confiados. Outro tanto observei no armamento. Era tal o estado, por exemplo, em que se encontrava uma das metralhadoras, que, má grado os cuidados que lhe temos dispensados, ainda não a podemos libertar completamente da acção da ferrugem. Aliás, não foi sómente a falta de lubrificação o mal que encontrei nos nossos carros. Além de maltratados, a maior parte delles apresentava avarias graves.” (STEPHANI BASTOS, 2001)

Quanto ao primeiro emprego do carro, existem algumas divergências, onde alguns afirmam que fora durante a contenção do Levante do Forte Copacabana no dia 05 de julho de 1922 contra a República Velha, no princípio do movimento chamado de tenentismo. Outros alegam que foi na Revolta Paulista de 1924. Posteriormente também foi utilizado na Revolução Constitucionalista em São Paulo no ano de 1932. Durante o combate às revoltas que ocorriam no país naquele período, o FT-17 não foi preponderante na resolução dos mesmos pois não pôde ser utilizado em sua plena capacidade.

A doutrina do uso do blindado foi se adaptando, vindo a tornar-se um Guia para Instrução Militar nas mãos do Cap Ruy Santiago no ano de 1930. Neste guia já havia ideias como o emprego prioritariamente ofensivo evidenciado sua proteção blindada e o poder de fogo, emprego combinado com a Infantaria, onde a Cavalaria conquista o terreno e a Infantaria o mantêm, vulnerabilidade quanto a transposição de obstáculos naturais ou artificiais, aos fogos de artilharia e camuflagem, devido ao ronco do motor, fumaça e poeira, assim como a observação aérea.

Preconizava como princípio seu emprego em massa após um reconhecimento prévio do terreno e do inimigo a ser combatido. Visualizava-se já realizando manobras ofensivas de aproveitamento do êxito e tratava como impeditivo o emprego em frações menores do que uma seção (duas viaturas).

Em 1925, o Aviso nº 254, de 18 de maio modifica a designação da Cia de Carros de Assalto para Cia de Carros de Combate e em 1932, por meio do Decreto

nº 20.986, de 21 de janeiro, a mesma é extinta e seus carros blindados passam aos cuidados do Batalhão Escola de Infantaria.

Apesar dessas evoluções, em 1935 o Aviso nº 248, de 22 de abril recria a Seção de Carros de Combate no Batalhão de Guardas, com os carros já existentes no Batalhão Escola de Infantaria, além da Seção de Motomecanização no Estado-Maior do Exército, fruto da iniciativa do Gen Paul Noel, chefe da MMF à época. Anos depois em 1938, o Aviso nº 400 cria o Esquadrão de Auto Metralhadoras do Centro de Instrução de Motomecanização, no Rio de Janeiro, para onde os Renault FT-17 são transferidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Missão Militar Francesa no Brasil que perdurou de 1920 até 1940 teve vários reflexos para o Exército Brasileiro de uma maneira geral, seja pela atualização doutrinária através de importação e tradução de manuais, a inserção de um novo método de ensino na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais com enfoque no estudo metódico do terreno e do inimigo, a aquisição de novos meios militares e a reestruturação do efetivo que compunha os quadros do Exército.

Para a Cavalaria essa contribuição foi materializada principalmente pela compra do Renault FT-17 que impulsionou a evolução doutrinária da Arma como a conhecemos até os dias de hoje. Este amadurecimento não ficou restrito apenas em adaptação das estruturas do Exército, como a criação da Cia de Carros de Assalto, mas também amadureceu a percepção da necessidade de manutenção adequada do carro com militares especializados para o melhor emprego do blindado.

Finalmente, os ensinamentos colhidos por meio da MMF quanto ao emprego do blindado, assim como as dificuldades verificadas por ocasião dos primeiros empregos do Renault em território nacional foram consolidadas e alicerçaram os principais fundamentos doutrinários como o emprego combinado do binômio carro de combate – fuzileiro e enfoque nas operações primordialmente ofensivas.

REFERÊNCIAS

BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. 173p.

TREVISAN, Leonardo N., **Obsessões Patrióticas. Origens e projeto de duas escolas de pensamento político no Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. 276p., 23cm.

MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil.**, 3. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército 2001. 384p.

DA MOTTA, Fábio Lorangeira. **A Missão Militar Francesa no Exército Brasileiro e sua Contribuição para a Evolução da Doutrina de Emprego da Cavalaria**. Rio de Janeiro, 2019.

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Intrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. 267p.

DE CASTRO, Adler Homero, **Notas sobre o armamento na Guerra do Paraguai**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/guerra-do-paraguai/artigos/notas-sobre-o-armamento-na-guerra-do-paraguai/>>. Acesso em 25 de Abril de 2020.

STEPHANI BASTOS, Carlos Expedito, **O Brasil na era dos blindados: Renault FT-17 no Exército Brasileiro 1921-1942**. Revista DaCultura, Brasília, Ano I, Nº 2, Jul/Dez 2001.

CAIAFA, Roberto, **Primeiro Carro de Combate do EB (e da América do Sul) realiza giro de motor após sete anos**. Disponível em: <<https://tecnodefesa.com.br/primeiro-carro-de-combate-do-eb-e-da-america-do-sul-realiza-giro-de-motor-apos-sete-anos/>>. Acesso em 23 de Maio de 2020.

Armas Nacionais: Renault FT-17. Disponível em: <<http://www.armasnacionais.com/2018/08/renault-ft-17-no-brasil.html>>. Acesso em 23 de Maio de 2020.

Portal da Câmara dos Deputados. **Decreto nº 15.235, de 31 de Dezembro de 1921**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15235-31-dezembro-1921-524983-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 23 de Maio de 2020.

Portal da Câmara dos Deputados. **Decreto nº 20.986, de 21 de Janeiro de 1932**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20986-21-janeiro-1932-522730-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 23 de Maio de 2020